

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto: Registro de Preços para para contratação de empresa para prestação de serviços veterinários e medicamentos veterinários diversos em cachorros e gatos de ruas e de famílias baixa renda.**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

#### 1.1. Especificações e quantidade

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços veterinários ao Município de Tarumã, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE - 1					
Item	Qtda.	Unid.	Descrição	VI. Unitário	VI. Total
1	200	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CONSULTA EM HORÁRIO COMERCIAL		
2	200	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - HEMOGRAMA COMPLETO		
3	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - CHECKUP CANINO REDUZIDO (HEMOGRAMA COMPLETO, PROTEÍNA PLASMÁTICA TOTAL, PESQUISA DE HEMATOZOÁRIOS, CREATINA, URÉIA, ALT, FA)		
4	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - CHECKUP FELINO REDUZIDO (HEMOGRAMA COMPLETO, PROTEÍNA PLASMÁTICA TOTAL, PESQUISA DE HEMATOZOÁRIOS, CREATINA, URÉIA, ALT, FA)		
5	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - CHECKUP CANINO COMPLETO (HEMOGRAMA COMPLETO, PPT, CREATINA, URÉIA, ALT, FA, PROTEÍNA, ALBUMINA, GLOBULINA, TRIGLICERÍDEOS E COLESTEROL)		
6	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - CHECKUP FELINO COMPLETO (HEMOGRAMA COMPLETO, PPT, CREATINA, URÉIA, ALT, GGT, FA, PROTEÍNA, ALBUMINA, GLOBULINA, GLICOSE, TRIGLICERÍDEOS E COLESTEROL)		
7	100	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - TESTE RÁPIDO ERLIQUIOSE		

8	100	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - TESTE RÁPIDO CINOMOSE		
9	100	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - TESTE RÁPIDO PARVOVIRE		
10	100	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - TESTE RÁPIDO LESHMANIOSE		
11	100	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EXAMES LABORATORIAIS - TESTE RÁPIDO FIV/FELV		
12	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - IMAGEM DIAGNOSTICA - RAO X - RAO X DIGITAL (ATÉ DUAS PROJEÇÕES SEM LAUDO)		
13	100	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - IMAGEM DIAGNOSTICA - RAO X - ULTRASSONOGRRAFIA DETALHADA		
14	10	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - CESARIANA CADELA DE 0 A 10 KG		
15	10	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - CESARIANA CADELA DE 11 A 20 KG		
16	10	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - CESARIANA CADELA DE 21 A 40 KG		
17	10	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - CESARIANA CADELA ACIMA DE 41 KG		
18	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - CESARIANA GATA		
19	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - PIOMETRA COM CASTRAÇÃO CADELA DE 0 A 10 KG		
20	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - PIOMETRA COM CASTRAÇÃO CADELA DE 11 A 20 KG		
21	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - PIOMETRA COM CASTRAÇÃO CADELA DE 21 A 40 KG		
22	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - PIOMETRA COM CASTRAÇÃO CADELA ACIMA DE 41 KG		
23	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - PIOMETRA COM CASTRAÇÃO DE GATA		
24	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - FRATURA COM PLACA		
25	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - FRATURA COM PINO / CERCLAGEM / PARAFUSO		

26	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - MANDÍBULA COM PLACA		
27	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - MANDÍBULA COM RESINA / CERCLAGEM		
28	10	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - OFTALMOLÓGICA SEPULTAMENTO DA MEMBRANA NICTANTE		
29	10	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - ENUCLEAÇÃO		
30	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - ORTOPÉDICA AMPUTAÇÃO DE MEMBROS ANTERIOR / POSTERIOR ATÉ 20 KG		
31	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - ORTOPÉDICA AMPUTAÇÃO DE MEMBROS ANTERIOR / POSTERIOR ACIMA DE 21 KG		
32	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - ORTOPÉDICA AMPUTAÇÃO DE CAUDA		
33	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - RETIRADA DE NÓDULOS DE 0 A 20 KG		
51	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - RETIRADA DE NÓDULOS ACIMA DE 21 KG		
34	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - CIRURGIA DE CORREÇÃO DE HERNIA DIAFRAGMÁTICA		
35	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - CIRURGIA DE RETIRADA DE PINO/IMPLANTE		
36	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CIRURGIAS - SUTURA DE FERIMENTOS COM SEDAÇÃO		
37	200	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - CONSULTA HORÁRIO PLANTÃO		
38	500	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - DIÁRIA INTERNAÇÃO - ALTA COMPLEXIDADE		
39	500	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - DIÁRIA INTERNAÇÃO - MÉDIA COMPLEXIDADE		
40	500	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - DIÁRIA INTERNAÇÃO - BAIXA COMPLEXIDADE		
41	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EUTANASIA - DE 0 A 10 KG COM CONSULTA		
42	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EUTANASIA - DE 11 A 20 KG COM CONSULTA		

43	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - EUTANASIA - ACIMA DE 21 KG COM CONSULTA		
44	150	KG	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - INCINERAÇÃO CADÁVER (POR QUILO)		
45	50	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - LIMPEZA DE MIIASES		
46	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - PROCEDIMENTO ESTABILIZAÇÃO COM TALAS		
47	20	SV	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA VETERINARIA - TRANSFUSÃO SEM DOADOR		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE - 1: R\$0,00</b>					
<b>LOTE - 2</b>					
Item	Qtlda.	Unid.	Descrição	VI. Unitário	VI. Total
1	300	UN	MEDICAMENTO VETERINÁRIO - HEMOLITAM PET FRASCO 30 ML		
2	100	UN	MEDICAMENTO VETERINÁRIO - REPELENTE UNGUENTO FRASCO 50 G		
3	100	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - ENROFLOXACINO 50MG; CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS		
4	100	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - ENROFLOXACINO 150MG; CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS		
5	100	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - CEFALOXINA 300MG; CAIXA COM 12 COMPRIMIDOS		
6	300	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - DOXICICLINA 100MG; CAIXA COM 16 COMPRIMIDOS		
7	100	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - MELOXICAM 2MG; CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS		
8	100	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - MELOXICAM 0,5MG; CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS		
9	100	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - MELOXICAM 0,2MG; CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS		
10	100	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - PREDNISONA 5MG; CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS		
11	100	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - PREDNISONA 20MG; CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS		
12	100	FR	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - DRASIL; FRASCO DE 20ML		
13	100	CART.	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - OMEPRAZOL 10MG; CARTELA COM 10 COMPRIMIDOS		
14	100	CART.	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - OMEPRAZOL 20MG; CARTELA COM 10 COMPRIMIDOS		
15	100	FR	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - RIFAMICINA SV SÓDICA; FRASCO DE 10MG		
16	100	TB	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - KOLLAGENASE COM CLORANFENICOL, POMADA COM 30MG		
17	100	CX	MEDICAÇÃO VETERINÁRIA - CEFALOXINA 500MG; CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS		

VALOR TOTAL DO LOTE - 2: R\$0,00
----------------------------------

## 1.2. Prazo de vigência da contratação

A vigência do contrato é de 12 meses.

## 1.3. Natureza do objeto

1.3.1 A modalidade Registro de preço se faz necessária uma vez que não é possível estimar com precisão a quantidade de serviços que a serem contratado, já que é impossível prever com exatidão quantos dias de internação, quais exames e quantas medicações um animal necessita durante um atendimento, visto que, cada caso possui suas peculiaridades.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. **A presente licitação será destinada exclusivamente à participação de empresas enquadradas no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, caso ao final da cotação, os valores encontrados sejam menores no que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), se ultrapassados, será garantido o direito de preferência conforme previsto em lei.**

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021)

6.2. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

### 7.1. Rotinas de fiscalização Contratual

7.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



7.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.5.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7.2. São obrigações da Contratante:**

7.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.

7.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

7.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos serviços, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

7.2.6. Com a finalidade de controlar e gerenciar os serviços, fica a servidora pública municipal, Sra. Maiza Estela Paitl, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 25.478.366-1 SSP/SP e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 158.803.008-38, designada a atuar na função de Gestor do Contrato.

## **7.3. São obrigações da Contratada:**

7.3.1. Possuir sede para a realização dos procedimentos veterinários e entrega das medicações no município de Tarumã SP ou no máximo em um raio de 20km da sede da contratante; caso a sede seja em um raio maior que 20km é de responsabilidade da CONTRATADA a retirada e entrega dos animais no município bem como os medicamentos, devendo contemplar todos os gastos com transporte;

7.3.2. Após cirurgia os animais deverão ir a uma unidade de recuperação cirúrgica, onde o paciente deverá ser monitorado e aquecido até que volte a consciência saindo da situação de risco;

7.3.3. Realizar a retirada dos pontos;

7.3.4. Garantir o acompanhamento veterinário até a plena recuperação do animal, sendo realizados no mínimo um retorno, em casos necessários;

7.3.5. Possuir profissionais habilitados junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária para que realizem os procedimentos veterinários estabelecidos no contrato, os estabelecimentos devem contar com uma equipe mínima de três Médicos Veterinários para a realização das cirurgias (cirurgião anestesta e auxiliar) a equipe deve contar com Especialistas em Cirurgia e Anestesia de Pequenos Animais e ou com mestrado na área Animal;

7.3.6. A clínica veterinária ou hospital veterinário contratado deverá possuir serviço de transfusão sanguínea bem como toda e qualquer medicação que possa se fazer necessário em emergências;

7.3.7. A clínica veterinária ou hospital veterinário contratado deverá possuir serviço de diagnóstico por imagem caso hajam intercorrências que necessitem o mesmo, tais como hemorragias pós cirúrgicas;

7.3.8. Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

7.3.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.10. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

7.3.11. Arcar com eventuais prejuízos causados à Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.3.12. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

7.3.13. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

7.3.14. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.15. A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

## **8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **8.1. Recebimento do Objeto:**

8.1.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.2. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita



execução do contrato.

## **8.2. Liquidação:**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados

normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### 8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### 8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### 8.5. Do Recebimento

8.5.1. A forma de recebimento encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

**8.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO**, utilizando do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

### 8.2. Exigências de habilitação

**8.2.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 8.2.2. Habilitação jurídica

8.2.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

**8.2.3.4.1.** Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das **Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);**

8.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da

licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **8.2.4. Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

#### **8.2.5. Qualificação Técnica**

8.2.5.1. A Qualificação Técnica encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

8.2.5.2. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

8.2.5.3. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

8.2.5.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação será validado em fase oportuna de acordo com o preceitua a Lei 14.133.21 e o Decreto Municipal 2.882 de 28 de março de 2023, após a realização da pesquisa de preços.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato.

Fichas:

**207** (3.3.90.30 – Material de Consumo)

**209** (3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

Tarumã, 23 de julho de 2024.

**Raphael Rodrigues de Souza**  
**Coordenador de Programas**  
**Prefeitura Municipal de Tarumã**